

DESMISTIFICANDO A EMENTA

Hildebrando Campestrini*

Esclareço, inicialmente, que estas notas surgiram de observações feitas (por mim e por não poucos participantes) em cursos que ministrei por este Brasil afora. A única pretensão deste texto é despertar, se possível, alguma reflexão.

A ementa, não só de acórdãos mas também de pareceres, tem crescido de importância, principalmente pelo acesso em tempo real proporcionado pela *internet*. Se, de um lado, esta facilidade trouxe informações seguras ao profissional do Direito, de outro, tem promovido o emprego exagerado, redundante, condenável até, de citações jurisprudenciais em peças processuais.

Essa última conduta vem criando uma cultura perigosa: se não citar alguma jurisprudência do Tribunal a que apela, o advogado sente-se menos seguro. Com alguns juízes também vem ocorrendo isso, argüindo que, ao citar jurisprudência do tribunal estadual, estará, em caso de recurso, garantindo a confirmação da sentença.

* Professor (63). Autor de *Como Redigir Ementas e de Como Redigir Petição Inicial* (nesta, co-autoria de Ruy Celso Barbosa Florence), ambas pela Saraiva. Ministrou quase duas dezenas de cursos sobre o assunto em Tribunais e Grupos Julgadores (e-mail: hcampestrini@uol.com.br).

Ora, sem entrar no mérito de tal conduta, o fato é que jurisprudência é hoje mercadoria valiosa, de surpreendente circulação, principalmente no meio digital e, em menor escala, no papel.

Assusta constatar que o advogado (e magistrados), antes de procurar, na lei, a solução do problema que lhe é posto, vasculha a jurisprudência de todos os tribunais. Parece-me que este proceder precisa ser repensado. Primeiro — a lei; depois — a jurisprudência, que existe para aplicar melhor a lei a determinado evento.

Alguém já afirmou que a Constituição não foi feita para ser lida e, sim, para ser diariamente meditada. Também os Códigos deveriam ser objeto de reflexão contínua, e a jurisprudência objeto de muito estudo e não de busca apressada, às vezes inconsequente, de ementa que sirva (sem se conhecer o acórdão) para o caso que está sendo trabalhado.

As Escolas de Magistratura poderiam promover cursos para estudar a jurisprudência dos respectivos tribunais. Experiências isoladas nesse sentido têm trazido avanços significativos até para a segunda instância.

Ementa e *marketing*

Hoje, mais do que em qualquer outra época, o *marketing* domina as relações institucionais, empresariais e pessoais. O Poder Judiciário tem tido certa (às vezes, significativa) dificuldade para entender este mundo pós-moderno: o jurisdicionado, tomado pela síndrome do resultado, exige rapidez; o homem busca a eterna juventude (o mito do homem *light*); prevalece o jogo da sedução; predomina o vazio ético; instala-se a necessidade da profissionalização vertical e da atualização permanente (desde o porteiro até o presidente do órgão, passando por todas as categorias funcionais); valorizam-se os pró-ativos; e o grande capital é o conhecimento.

Nesta pós-modernidade, o *marketing* é peça poderosa. *Marketing* não significa informar, divulgar; significa, sim, veicular, vender um produto, valorizando-o com a agregação de valores. Assim, se determinado magistrado tem produtividade acima da

média, certamente será bem-visto; caso contrário, terá sua imagem aceita com reservas. Se um banco de dados jurisprudenciais oferece dificuldade ao acesso, deixará de ser consultado. Se for de fácil operacionalização, certamente será acessado com frequência. Por outra, sempre que disponibilizar ementas bem elaboradas, um determinado Tribunal (ou Procuradoria) deixará a impressão de um órgão zeloso, trabalhador, responsável.

É comum a impressão de que o Judiciário está preso ainda à limitadora (e perigosa) verbalidade semântica. Juvenal Arduíni chama a atenção para a importância da *verbalidade antropológica*, *que compendia o conteúdo do universo humano. Não só o que dizem os homens, mas principalmente o que são, o que fazem, como vivem e se relacionam* (Destinação Antropológica, São Paulo, Paulinas, 1989, p. 116). Ninguém quer ser entendido pela metade, por facetas. Cada um de nós quer ser conhecido na sua integralidade. E o Judiciário deve ser entendido no seu todo. Arduíni arremata (p. 117): *A compreensão das pessoas e sociedades é mais complexa do que pensamos. Quem quiser entender e encontrar os homens de seu tempo, há de ouvir o que diz a verbalidade antropológica.*

O fato é que ainda prevalece a verbalidade semântica. De certa forma, vale o que se escreve. Em curso que ministrei, um participante trouxe para apreciação dos colegas uma ementa (de lauda e meia) de um Tribunal superior. De imediato, alguns participantes manifestaram sua preocupação com aquele órgão. Tudo por uma ementa — por que não dizer? — sofrível. Tive dificuldade para convencer os descontentes de que aquela ementa era um caso isolado, que a maioria da produção daquela órgão era de boa qualidade.

O fato é que todo aquele que elabora ementa deve estar consciente de que, ao redigir aquela peça, está construindo (ou desconstruindo) a imagem do seu órgão. Esta responsabilidade deveria ser cobrada sistematicamente. Porque hoje a ementa, pelo seu consumo reiterado, passa a ser importante instrumento de *marketing* de qualquer órgão julgador. E, como diziam os antigos, é a partir do dedo que se conhece o gigante.

Conceito

A ementa vem ainda sendo conceituada como resumo ou síntese do acórdão ou do parecer. Como resumo, é inútil — é mais proveitoso ler a íntegra da peça (até porque o resumo pode omitir alguma passagem vital). Como síntese, a ementa também é suspeita, porque a síntese atém-se ao essencial — no caso, aos termos que figuram como fundamentais no julgado ou parecer. Em verdade, tanto o resumo como a síntese nada acrescentam, sendo, pois, redundantes.

O conceito mais pertinente de ementa nasce do seguinte: a decisão do magistrado passa a fazer lei entre as partes (ou o parecer, quando conclusivo, passa a norma de conduta do órgão). Ora, nada mais razoável que a ementa retrate, dentro das circunstâncias do julgado, esta norma, esta lei. Por conseqüência, lógico que a ementa (no seu dispositivo) deva ser elaborada dentro das normas fundamentais que regem a elaboração de uma lei.

Basicamente, a lei: 1) manda fazer — impõe um dever; 2) manda deixar de fazer — veda, proíbe; 3) permite — atribui um poder. No caso da jurisprudência há uma quarta possibilidade: conceituar (por exemplo: telefone de escritório de advogado é instrumento de trabalho).

Observa-se que a lei não manda não fazer — manda deixar de fazer. Há nisso uma diferença abismal. Por outra, essa diferença deixa patente que a lei deve estar sempre na forma positiva. Veja-se o exemplo: *não pode o juiz vedar ou dificultar o atendimento de advogado em horário reservado a expediente interno*. A lei manda não fazer (ou seja proíbe, veda); em momento algum a lei manda não fazer (como no exemplo: não pode o juiz [...]). Na forma positiva poderia ficar assim: *é defeso ao juiz vedar ou dificultar o atendimento [...]*.

Atente-se para o seguinte: toda vez que se nega o sujeito ou o verbo, o enunciado está na forma negativa (tornando, às vezes, impossível a ação). Veja-se o exemplo (com sujeito negativo): *ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando [...]* (art. 5º, LXVI, da CF). Pergunta (para encontrar o sujeito): *quem será*

levado à prisão? Resposta: *ninguém* (no mínimo estranho). Tudo indica que o legislador tenha pensado assim: Sempre que a lei admitir liberdade provisória, fica vedado prender (alguém) ou manter (alguém) preso.

Isso permite traçar, em linhas gerais, que o dispositivo da ementa:

- a) impõe um dever (*manda fazer*);
- b) proíbe, veda (*manda deixar de fazer*);
- c) permite; ou
- d) conceitua.

Esse é o meio mais prático para superar o resumo ou a síntese. É só pensar: aqui a decisão: a) manda fazer? b) manda deixar de fazer? c) permite; ou d) conceitua?

Se na mesma ementa há alíneas diferentes (como, v. g., proibir e permitir), haverá um dispositivo para cada comando.

Vale ressaltar que essa observação deverá ser levantada antes da redação do voto. Até para conduzir melhor o convencimento do magistrado.

Cabimento da ementa

Atualmente, o Código determina a elaboração de ementas para todos os julgados de turmas, seções ou plenários.

Ouso levantar a seguinte questão: não seria somente nos casos em que há decisão, ou seja, nos julgados em que há a apreciação de contraditório?

Assim, a mera homologação e a decisão por despacho não precisam de ementa. Quando chamado a verificar, num procedimento, a presença dos requisitos exigidos pela lei, o magistrado não está decidindo, isto é, resolvendo um conflito. Por exemplo: se um candidato requer sua inscrição na justiça eleitoral, cabe ao magistrado observar a regularidade da documentação exigida pela lei. Estando em ordem a documentação, o magistrado nada decide. Se, por outra, houver o questionamento de um determinado documento (sobre sua validade, por exemplo), aí, sim, o magistrado está decidindo. Nesse caso, cabe a ementa.

O mesmo se diga quanto ao parecer. Se, por exemplo, chamado a manifestar-se sobre a legalidade de determinado ato, o procurador, após acurada análise, chega à convicção de que tal ato é legal, a ementa é dispensável, até porque lidaria com o óbvio. Quando, ao examinar controvérsias, o procurador chega a uma conclusão (sua convicção – não sua opinião), aí cabe ementa. Se chamado a examinar um contrato e concluir que este está de acordo com a lei, não cabe ementa – não há contraditório.

Alguns TRTs têm ementado os casos relevantes. Pena que este *relevantes* fique a critério da subjetividade do magistrado. Poder-se-ia trabalhar nesta vertente: há contraditório – faz-se a ementa; não há contraditório (mera verificação de pressupostos legais) – dispensa-se a ementa.

Principais problemas da ementa

Verificou-se, em linhas anteriores, que, para uns tantos, ementa continua sendo resumo ou síntese – que, como se comentou, nada acrescenta.

No *Como Redigir Ementas* o leitor encontrará as oito características básicas do dispositivo da ementa: objetividade, concisão, forma positiva, forma propositiva, precisão, univocidade, coerência e correção.

Neste artigo, fixar-se-á um aspecto da primeira delas, de longe o mais importante. Trata-se, dentro da objetividade, da fidelidade do dispositivo ao que foi decidido.

Assusta o número de ementas infieis, no todo ou em parte, à decisão. Isso ocorre, principalmente, quando a ementa é feita dias (até meses) depois do julgamento. Um procedimento para evitar esse distanciamento pode ser: elaborar a ementa antes de iniciar a redação do voto (depois de estudar o relatório e definir o convencimento).

A título de ilustração do distanciamento entre o acórdão e a ementa, veja-se o seguinte:

“Escritório de advocacia. Taxa de licença de localização. Funcionamento e instalação.

“A atividade do advogado somente se subordina às normas éticas e estatutárias instituídas pela Lei n. 4.215/63.

“O advogado é indispensável à administração da Justiça e a sua atividade profissional não pode sujeitar-se ao Poder de Polícia dos Municípios.

“Recurso conhecido e provido”.

O relatório do recurso especial anota: “P.N. – Sociedade de Advogados pretende reaver a quantia paga a título de Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e Instalação”. Ora, quem lê a ementa fica sem conhecer exatamente o que foi decidido. Certamente não se discutiu, no acórdão, se o advogado é, ou não, dispensável à administração da Justiça.

Tudo indica que o dispositivo da ementa ficaria melhor (fiel) assim: *É vedado ao município cobrar de escritório de advocacia taxa de licença de localização, funcionamento e instalação.*

Outro exemplo: “A gravidez extramatrimonial de mulher militar, embora reprovada pela moral tradicional, de forma alguma pode enodoar a dignidade da corporação, nem deve servir de fundamento de transgressão gravíssima de molde a justificar sua exclusão das fileiras”.

Parece que, em momento algum, o colegiado foi chamado a discutir se tal conduta era, ou não, reprovada pela moral tradicional. Talvez bastasse: *É injustificável excluir, da corporação, mulher militar por gravidez extramatrimonial.*

Vale acrescentar que existem ementas (felizmente, não tantas – mesmo assim inaceitáveis) que contradizem o voto. Ou são internamente contraditórias, como esta: *Procede culposamente o motorista que, em via pública, dotada de iluminação, no perímetro urbano, estaciona o veículo para, em seguida, passar sobre a vítima embriagada e caída na rua, causando-lhe lesões gravíssimas.*

Pergunta: *quem estaciona o veículo para, em seguida, passar sobre a vítima embriagada [...] está agindo culposamente?*

A verbetização

É preciso repensar a verbetização – conjunto de palavras ou expressões que encabeça o dispositivo. Como a essência da ementa está no dispositivo, a verbetização passa a ser acessório, simples recurso para determinar a que gênero e espécie está circunscrito o dispositivo.

Assim, se a decisão foi sobre a remoção de bens numa ação de penhora, a verbetização restringir-se-á ao gênero *penhora* e à espécie *remoção de bens*.

Atualmente, o principal objetivo da verbetização é auxiliar o consulente na busca do assunto que lhe interessa. Se a verbetização for imprópria ou deficiente, haverá grande probabilidade de não se encontrar o dispositivo.

Para evitar uma multiplicação exagerada (e incontrolável) de verbetes, a maioria dos órgãos que disponibilizam banco de dados jurisprudenciais, tem adotado o *thesaurus* – tesouro, como registra o Aurélio, “vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobre de forma extensiva um ramo específico de conhecimento”.

Na prática, elaborado por técnicos (na maioria das vezes em comissões), o tesouro (vocabulário controlado) é uma lista de palavras ou expressões que podem ser empregadas na verbetização (e mesmo no corpo da ementa). Isso permite maior fidelidade e, na medida que padroniza, evita o emprego de sinônimos ou palavras com sentido semelhante. Por exemplo: *Elogio* (por *aplau-so*), *aplicação de recursos* (por *aplicação de verbas*), *solicitação* (por *apelo*); *AP* (no lugar de *Amapá* ou *Estado do Amapá*). O tesouro do TSE (de que foram tirados os exemplos acima) dá outras orientações, como termos relacionados, conceito de termos que possam gerar dúvidas.

É recomendável que todo banco de dados jurisprudenciais encaminhe inicialmente o consulente para o próprio tesouro, facilitando, assim, a busca.

Conclusão

Ementa não é penumbra, não é mistério, não é enigma. Ementa é luz feita de palavras. É do sábio, como ensina Arduíni (p. 110), *caminhar com cuidado entre as palavras, para que não suceda que, pisando uma delas, estejamos machucando o homem e suas aspirações.*